

# A saída do Brasil: soluções estruturais e inserção no mercado internacional

Madrid, abril 2015





- l. INTRODUÇÃO
- 2. DE COLOSSO IMBATÍVEL A GIGANTE ENCOLHIDO
- 3. DEBILIDADES E AVANÇOS
- 4. O BRASIL PERANTE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO MERCADO INTERNACIONAL
- 5. CONCLUSÕES

# 1. INTRODUÇÃO

Ante as dificuldades que o Brasil está enfrentando e deverá enfrentar nos próximos ano, tal como coincidem em assinalar todas as previsões, parece recomendável que se abra para o exterior e internacionalize sua economia e a de suas empresas. Não por isso se deve abandonar o mercado interno, que nos últimos anos não parou de crescer graças ao impulso da nova classe média.

Nesse processo de internacionalização da economia brasileira e da região em seu conjunto se deverá seguir com muita atenção a configuração de novas alianças comerciais entre os principais atores econômicos, como os Estados Unidos e a UE e os Estados Unidos e as principais economias asiáticas. Com elas em jogo não convém que nem o Brasil nem a América Latina figuem de lado.

No entanto, qualquer tipo de participação ou inserção no mercado internacional exige que se realize uma reflexão prévia sobre as deficiências estruturais da economia brasileira que não mereceram a devida atenção nos momentos de bonança econômica, mas que nesta conjuntura de crise é inevitável. O problema do Brasil tem um nome próprio: sua falta de competitividade. O Brasil vive em plena fase de desaceleração devido à crise da dívida na UE e ao fraco desempenho econômico dos Estados Unidos e da China. Contudo, não se pode responsabilizar a conjuntura econômica internacional de todos os problemas, pois também há problemas internos graves: endividamento familiar, excesso de carga tributária e revalorização da moeda, fatores que provocam essa falta de competitividade geral.

Com esta crise, considerada a mais grave dos últimos 25 anos da história do Brasil, entram em cena fatores que em nada beneficiam a imagem e, consequentemente, o prestígio e a credibilidade da economia do país. Neste momento há três cenários que apresentam tal credibilidade. Nos tribunais de justiça, com os quais estão envolvidos partidos políticos, empresas privadas e a Petrobras –a empresa mais importante do país–. No Congresso, onde talvez o governo não encontre apoio suficiente para tomar medidas contra a crise, especialmente necessárias para o ajuste fiscal proposto pelo Ministério da Fazenda. E por último, entre os cidadãos que, descontentes e decepcionados, podem mobilizar-se nas ruas para reivindicar políticas que consideram imprescindíveis, como a saúde ou a educação, como já fizeram o ano passado.



"O país precisa de confiança e convencer que é capaz de recuperar-se" Nada parece favorecer o Brasil. Em pouquíssimo tempo, os brasileiros e o resto do mundo estavam convencidos de que o Brasil era um colosso e que sua economia era de uma solidez hercúlea. Agora, a interpretação da realidade é radicalmente oposta. Do elogio e da admiração passou-se para a crítica desmedida e para a contagem constante dos dados negativos da economia brasileira. No entanto, antes de nos deixamos paralisar pelos dados e pela crítica destrutiva, parece mais proveitoso analisar os pontos estruturais mais delicados de sua economia e suas possibilidades de inserção no mercado internacional. Em qualquer caso, para ambos os aspectos, o país deverá dar atenção ao seu setor produtivo, internamente, e à sua capacidade de integração com o resto da região para poder, assim, participar de um mercado internacional possivelmente configurado por grandes blocos.

# 2. DE COLOSSO IMBATÍVEL A GIGANTE ENCOLHIDO

Hoje em dia o Brasil traz dúvidas tanto interna quanto externamente. Por ser exemplo de sucesso e uma poderosa potência –baseada em sólido crescimento–, em há menos de três anos ninguém menciona nada do Brasil que não seja incerteza. Agora, nos momentos difíceis, todas as análises se detêm nos problemas que, por outra parte, já existiam em plena bonança econômica, mas o Brasil estava na "moda" e ninguém se lem-

brava deles. Contudo, neste momento, quando o país precisa de confiança e convencer que é capaz de recuperar-se, em boa parte, graças aos avanços obtidos nestes anos, todo o mundo nega essa capacidade. Não só se nega a Dilma Rousseff, mas ao resto dos brasileiros.

Uma após a outra, pesquisas tentam tomar o pulso dos cidadãos, que também são diariamente mortificados com a crise irreversível que padecem; passaram do "tudo é possível" para o "nada é possível". A pergunta é: Quem vai tirar o Brasil do seu leito de gigante adormecido? É a pergunta que se fazia a maioria dos cidadãos, em período de campanha eleitoral, em setembro de 2014. 73% pediam, pela primeira vez, uma mudança de rumo da política. Será que o Brasil se cansou de ser o país do futuro e quer ser um país do presente? Será que Dilma Rousseff conseguirá lidar com essas guerras e dar uma resposta a esses desejos de mudança de um gigante que, na verdade, já acordou. Todas estas dúvidas já existiam antes da renovação do segundo mandato presidencial de Dilma Rousseff, nas eleições de outubro de 2014 e, apesar disso, a presidente saiu vencedora, embora com um resultado apertado.

Não só a presidente conseguiu ser reeleita, apesar dos inconvenientes não passíveis de salvamento em que as imprensas nacional e internacional insistiram, mas os brasileiros, até pouco tempo atrás, conseguiram um crescimento aliado a



"Tampouco parece valorizar-se suficientemente o que o Brasil conseguiu fazer durante uma década e as conquistas do modelo econômico empregado nesse período" importantes conquistas sociais. Duas variáveis que nem sempre existiram no crescimento de potências emergentes.

Não se deve menosprezar o apoio popular com que conta Dilma Rousseff, apesar de estar num dos momentos de menos popularidade ou estar em perigo a aliança com alguns partidos que lhe permitem governar. Pareciam muito pior os meses de campanha, quando se publicavam numerosas análises que punham de manifesto o descontentamento cidadão, uns dias antes de eleger a nova autoridade presidencial. A opinião generalizada, nessa época, era que "o clima nacional do Brasil é sombrio", após um ano em que mais de um milhão de pessoas saíram às ruas em todo o país para protestar contra a corrupção, a inflação e as enormes despesas do governo.

Na opinião dos brasileiros:

- 72% estavam insatisfeitos com o rumo das coisas no país, comparado com 55% pouco antes do início das manifestações contra a Copa do Mundo em junho de 2013, e com 49% em 2010.
- 67% diziam que a economia não estava indo bem, comparado com 41% do ano passado, e 36% em 2010.

 52% dos brasileiros declaravam que Dilma Rousseff estava exercendo uma má influência sobre os assuntos do país, enquanto 48% opinavam que sua influência era boa.

Este sentimento "sombrio" não deixa de demonstrar a liderança política da presidente da República, que apesar de tudo isso conseguiu ganhar de Aécio Neves, candidato do PMDB, as eleições2. Definitivamente, por mais ajustado que fosse o resultado, esta vitória eleitoral não deixa de pôr de manifesto a solidez de sua liderança, pois, apesar de toda a autêntica adversidade política, econômica e social, foi possível alcançar tal vitória. Uma questão que deve ser traduzida em termos de estabilidade e confiança, um aspecto que se deve valorizar em momentos de crise.

Mas enquanto todo o mundo continua tendo sérias dúvidas sobre a liderança e o futuro político da presidente, tampouco parece valorizar-se suficientemente o que o Brasil conseguiu fazer durante uma década e as conquistas do modelo econômico empregado nesse período. O Brasil foi capaz de crescer a um impressionante nível de 7,5% em 2010 e atrair ingentes quantidades de capital. No entanto, além do crescimento econômico, é in-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Destaca a pesquisa intitulada O Descontentamento do Brasil antes da Copa do Mundo, publicada pelo *Pew Research Center* 

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Não deixa de ser significativo o título do artigo que forneceu estes dados. A. Oppenheimer, "Dilma en la cuerda floja", 6/09/2014, http://www.elnuevoherald.com/opinion-es/opin-col-blogs/andres-oppenheimer-es/article2035157.html.



"O consumo interno foi capaz de compensar a demanda quando o mercado internacional não estava no seu melhor momento"

teressante destacar que este foi acompanhado por uma queda da desigualdade e da pobreza.

A pobreza caiu para a metade e a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, alcançou seu nível mais baixo em 2010. Nessa mesma época, esta variável aumentava em todos os países, tanto avançados quanto em desenvolvimento. É um fato que a distribuição desigual da riqueza é ainda um desafio no Brasil e que falta muito para desaparecer, mas com o exemplo brasileiro tem-se demonstrado que é possível inserir-se na economia global e gerar crescimento e redistribuição ao mesmo tempo.

Neste processo expansivo cumpre destacar particularmente o crescimento da classe média, que durante as últimas décadas é o protagonista do consumo em massa, o que permitiu que o Brasil superasse relativamente bem as consequências da crise financeira global de 2008, uma vez que o consumo interno foi capaz de compensar a demanda quando o mercado internacional não estava no seu melhor momento.

Sem dúvida não se podem esquecer as políticas aplicadas durante sucessivos governos, desde meados dos anos noventa, com o presidente Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, com as quais não só foi possível controlar os índices macroeconômicos, mas também assegurar o crescimento para toda a população. Esta é uma reivindicação feita, sem dúvida,

por parte do ex-presidente Lula, "para entender o futuro, tem que viajar ao passado e ver o que foi conseguido". O ex-presidente recordou que o Brasil enfrentou "a maior crise financeira desde a de 1929", batendo recordes de emprego. Também lembrou que o crescimento do PIB foi de 2,3% em 2013 e que só nove países do G-20, grupo que reúne as 20 maiores economias mundiais, registraram uma expansão superior a 2%.

E nestes avanços, para Lula, a forma é tão importante quanto o volume do crescimento. O pontapé inicial a programas sociais que, segundo defende, só representam 0,5% dos gastos do orçamento federal, teve um efeito em toda a economia realmente multiplicador ao tornar possível o aumento do consumo.

As referências a Lula devem ser tomadas com distância. O ex-presidente não é objetivo, nem por razões óbvias pode sê-lo. Entretanto, parece muito judicioso não só defender a existência de um modelo de desenvolvimento brasileiro que contabilizou crescimento e programas sociais. Mas, igualmente, é necessário, como fez o próprio ex-mandatário, criticar as imagens opostas que, de maneira midiática, enalteceram o Brasil e agora o denigrem. Na realidade nisso consistiram duas capas da revista The Economist.

Enquanto em 2009 a revista apresentava o Cristo Redentor, símbolo do país, decolando para expressar a trajetória brasi-



"O problema econômico que o Brasil enfrenta nestes momentos tem um nome próprio: sua competitividade" leira em direção a um futuro absolutamente promissor, em 2013 praticamente, dando por fracassada tal decolagem, o mostrava indo a pique. Ambas as capas são o exemplo perfeito da superficialidade com que se pode abordar a realidade e chegar a simplificá-la, sem que se contemplem os efeitos que podem ter na realidade.

# 3. DEBILIDADES E AVANÇOS

Sem duvida é preciso contemplar os atuais problemas da economia brasileira associada com uma crise de credibilidade política e de indignação cidadã. No entanto, o afã desta aproximação deve ter como foco conhecer os problemas, apresentá-los de maneira rigorosa e buscar soluções que resolvam problemas estruturais para poder, assim, combater de maneira mais sólida crises futuras

do mercado internacional. Trata-se, portanto, de valorizar e contemplar os avanços realizados e, ao mesmo tempo, as debilidades persistentes, com isso trata-se de não sermos estupidamente otimistas, mas sim reconhecer a situação invejável do Brasil³ e seu potencial de recuperação.

# PROBLEMAS ESTRUTURAIS A ENFRENTAR

Como já se mencionou no princípio, o problema econômico que o Brasil enfrenta nestes momentos tem um nome próprio: sua competitividade. O Brasil vive em plena fase de desaceleração devido à crise da dívida na UE e ao fraco desempenho econômico dos Estados Unidos e da China. No entanto, há motivos que explicam esta crise e que se devem afrontar. A estes problemas que enfrenta se unem problemas internos: endividamento familiar, excesso de carga tributária e a revalorização da moeda, fatores que provocam essa falta de competitividade geral. Estes problemas tornaram-se evidentes quando o ciclo de preços altos das matérias-primas –principais exportações do Brasil- chegou ao fim. O fim das políticas monetárias expansivas, por parte da Reser-



<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Francisco Luzón declarou Francisco Luzón, vice-presidente do Banco Santander para a América Latina: "O Brasil é invejável, mas não podemos ser estupidamente otimistas", http://brasil.elpais.com/brasil/2014/06/06/politica/1402086991 833540.html.



"Brasil precisa mais de reformas estruturais mais do que de sucessivos planos de emergência" va Federal dos Estados Unidos, poderia levar a restrições de crédito e saídas de capitais nas economias emergentes. É neste momento que os investidores começaram a mostrar dúvidas sobre a capacidade do país de mostrar-se dinâmico no futuro. Dinamismo que só é possível se forem abordados problemas estruturais como a competitividade do setor produtivo.

Em 2011, o PIB brasileiro, que em 2010 aumentou 7,5%, cresceu abaixo de 3% -o Executivo pretendia colocá-lo acima de 3,5% – e no primeiro trimestre deste ano aumentou apenas 0,2% com relação ao trimestre anterior e 0,8% frente a igual período do ano passado. Gabriel Palma, economista da Universidade de Cambridge, comentou ao jornal Página 12 que "se terminou com um modelo de crescimento baseado em commodities e finanças e se abandonou a indústria. Um crescimento assim não é sustentável no largo prazo. Hoje, a indústria manufatureira brasileira é a metade do que era em 1980 em relação ao PIB. É um dos grandes processos de desindustrialização da história."4

## O MODELO BRASILEIRO

O governo de Dilma Rousseff lançou neste ano e meio vários planos para revitalizar a economia<sup>5</sup> e apostou no protecionismo em defesa de setor industrial, mas não teve muito sucesso: até agora o Executivo brasileiro destinou ao setor industrial quase dez pacotes de estímulo, a taxa de juros (Selic) caiu mais de 33% –de 12,5% em agosto de 2011 aos atuais 8%–e o real desvalorizou-se 23% ao longo destes dois últimos meses. Este escasso sucesso deve-se, possivelmente, a que o Brasil precisa mais de reformas estruturais mais do que de sucessivos planos de emergência.

Além disso, a presidente Dilma Rousseff, que foi muito crítica às medidas de austeridade dos países europeus, apostou em outro caminho para o Brasil. "O Brasil está em outro caminho. O nosso caminho não é esse, não é igual ao deles. O nosso caminho é manter o nosso desenvolvimento e buscar, cada vez mais, garantir que os bônus, as vantagens e os lucros desse desenvolvimento sejam distribuídos pelo povo brasileiro." No entanto, a situação atual obrigou a presidente a governar apoiada em figuras muito afastadas desse perfil –Joaquim Levy, o novo Ministro da Fazenda- e tomando medidas ortodoxas de ajuste mais próximas à centro-direita e ao que propunham os dois principais partidos de oposição nas eleições de 2014: o PSDB e as forças ao redor de Marina Silva.

Dilma Rousseff optou pela ortodoxia econômica em seu segundo mandato e por isso

<sup>4</sup> http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/cash/17-6137-2012-07-15.html.

 $<sup>^{\</sup>rm 5}$  http://www.infolatam.com/2011/12/01/brasil-rebaja-impuestos-para-acelerar-la-economia-y-crecer-un-5-por-ciento-en-2012/.



"O modelo brasileiro, que funcionou nos anos 90 tornouse claramente disfuncional" confiou em Levy, quem impulsiona um importante pacote de medidas de ajuste. O governo brasileiro anunciou novas medidas para tirar as contas públicas do vermelho. O Ministro da Fazenda já adiantou que com as mudanças na tributação salarial o governo economizará este ano 5 bilhões e 350 milhões de reais e a partir de 2016 o montante chegará a 13 bilhões de reais anuais. A medida, que entrará em vigor a partir do próximo 1 de junho, supõe acabar com um desconto tributário concedido pelo governo de Dilma Rousseff, em 2011, como um incentivo para a criação de emprego nos setores industriais mais afetados pela crise.

As medidas de Levy são importantes, mas claramente conjunturais, pois o Brasil precisa é de uma mudança profunda e de caráter estrutural em pelo menos três âmbitos: político, econômico e dos pilares de sua política internacional, sendo os três interdependentes e conectados.

O Brasil é a sexta economia mundial depois de superar em 2011 o Reino Unido, goza de emprego pleno, uma vez que o desemprego ronda 5,2%, mas a joia da coroa econômica brasileira, a indústria, fechou o ano de 2011 com um crescimento de apenas 0,3% em relação a 2010, quando se expandiu para acima dos 10% anteriormente.

O setor industrial viu-se afetado por circunstâncias externas: um forte fluxo de capital estrangeiro que chegava para aproveitar as altas taxas de juros –a de referência do Banco Central chegaram 12,50%—, um real supervalorizado frente ao dólar que tornava as importações mais baratas que a produção própria, uma estrutura de exportações baseada em matérias-primas –70%— e uma inflação que aumentou para 6,6%.

# MELHORIAS PARA A COMPETITI-VIDADE

O modelo brasileiro, que funcionou nos anos 90 e sobretudo na década passada, tornou-se claramente disfuncional. Lula fez bem em manter o legado de Fernando Henrique, mas foi um erro não ter aprofundado suas reformas. O Brasil foi capaz de crescer a um impressionante nível de 7,5% em 2010 e atrair ingentes quantidades de capital. No entanto, além do crescimento econômico, é interessante destacar que este foi acompanhado por uma queda da desigualdade e da pobreza. A pobreza caiu para a metade e a desigualdade, medida pelo Coeficiente de Gini, alcançou seu nível mais baixo em 2010.

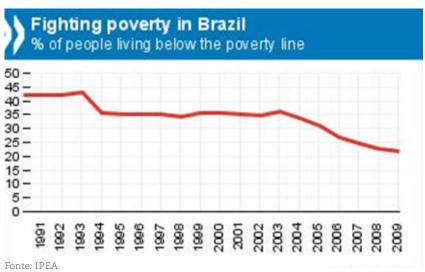
Nessa mesma época, esta variável aumentava em todos os países, tanto avançados quanto em desenvolvimento. O país evitou, com FHC e Lula, medidas populistas e inflacionárias, foi respaldado por uma bonança internacional que impulsionou a exportação de suas commodities e um mercado interno cada vez mais forte graças a uma



política social baseada em transferências condicionadas e. em concreto, no Bolsa Família, ações que beneficiaram 11 milhões de famílias e ajudaram muitos brasileiros a entrar na chamada classe média. É um fato que a distribuição desigual da riqueza

é ainda um desafio no Brasil e que falta muito para desaparecer, mas com o exemplo brasileiro tem-se demonstrado que é possível inserir-se na economia global e gerar crescimento e redistribuição ao mesmo tempo.

## Gráfico 1: Pobreza em Brasil



# Gráfico 2: Mercado de +190 MM de consumidores

La clase media brasileña aumentó 30% en los últimos años y ya representan más de 50% de la población

Evolución de las clases sociales (% del total de la población)



bios en la economía brasileña después del Plan Real (1994) aumentaran los ingresos de los brasileños

Fonte: Innspiral Moves com dados do IBGE

Neste processo expansivo cumpre destacar particularmente esse crescimento da classe média, que durante as últimas décadas tem o protagonista do consumo em massa, o que permitiu que o Brasil superasse relativamente bem as consequências da crise financeira global de 2008 e 2009, já que o consumo interno foi capaz de compensar a queda na demanda internacional. Uma classe média que para 2010 já representava a metade da população, como se pode comprovar no quadro.

No entanto, desde 2011, o Brasil mostra sintomas de que seu modelo chegou ao ápice: existe uma clara perda de competitividade, baixa produtividade, alta carga tributária aliada a um Estado que perde legitimidade entre a população. O Brasil tem uma economia altamente protegida, que dá sinais de ineficiência e que vê aumentar o déficit fiscal, que precisa gerar mais recursos e diminuir as despesas. Esse modelo brasileiro, de cariz social, desenvolvimentista e protecionista, parece ter chegado ao seu limite porque não racionalizou nem modernizou sua economia.

Deste modo, o país precisa impulsionar reformas profundas e de caráter estrutural, retoman-



"A conjuntura não é simples, mas o Brasil tem as ferramentas para sair desta difícil conjuntura econômica" do o caminho iniciado nos anos 90 e interrompido na década passada a fim de recuperar os níveis de produtividade, competitividade e inovação, melhorando a infraestrutura e elevando o nível educacional da população. Antonio Montes, diretor de Desenvolvimento Estratégico da IE Business School, aponta neste sentido que o Brasil "era o país sonhado. Todas as empresas queriam investir no Brasil e todo o mundo falava dele como milagre econômico, mas sua infraestrutura é um desastre, a economia é protecionista, não se permite a concorrência, não há tratados comerciais internacionais, não se tem investido em educação ou saneamento nem na modernização da indústria... Hoje o modelo econômico brasileiro não tem sustento."

O Brasil não se contenta mais com o seu mercado interno e tem de sair para conquistar outros mercados no exterior, por isso deve ser mais competitivo e produtivo e sua mão de obra deve ser mais bem preparada. "O consumo alcançou limites e são necessárias reformas que deixem o protecionismo para trás. O Brasil apoiou boa parte de seu crescimento no mercado interno. Reduziu o número de pobres e aumentou a classe média, que representa quase 60% dos 197 milhões de brasileiros", afirma Carlos Malamud, pesquisador principal para a América Latina do Instituto Elcano.

A conjuntura não é simples, mas o Brasil tem as ferramentas para sair desta difícil conjuntura econômica: possui um mercado interno muito grande no qual a classe média representa a metade da população. Além disso, ao longo destes anos, grandes empresas de origem brasileira têm-se consolidado que se destacam por ser líderes em inovação e expansão internacional – entre outras, a Embraer em aeronáutica, a Odebrecht em infraestrutura e a Brasil Food em alimentação-. Por último, os governos de FHC, Lula e Dilma foram capazes de limitar-se aos critérios de política de caráter ortodoxo sem cair nos excessos do endividamento. Tudo isso são fatores que podem contribuir para o Brasil recuperar seu caminho de crescimento e desenvolvimento.

# 4. O BRASIL PERANTE UMA NOVA CONFIGURAÇÃO DO MERCADO INTERNACIO-NAL

A competitividade do setor industrial permitirá aos brasileiros deixar de depender das oscilações do comércio internacional, o que não significa que possa prescindir dele. Muito pelo contrário, o Brasil precisa liberalizar suas travas persistentes e abundantes para o investimento e para o intercâmbio comercial com o resto do mundo.

Para isso é preciso estar a par das tendências que estão transformando este comércio. Tudo aponta para a possível configuração de grandes blocos comerciais. Perante essa realidade parece, de todos os pontos



"Brasil precisa liberalizar suas travas persistentes e abundantes para o investimento e para o intercâmbio comercial com o resto do mundo" de vista, desaconselhável que o faça em solitário. Convém envolver o resto da região, mediante o fortalecimento dos laços de integração econômica, que configuram outro desafio sem poucas dificuldades, mas sobretudo é preciso avançar.

A chegada de Dilma ao Planalto supôs que se baixaria, muito marcadamente, a intensidade da aposta global do Brasil. Como diz quem a conhece, Dilma carece da vocação internacional que tinha Lula. Além disso, a desaceleração (de 2011 a 2013) e a crise (de 2014 a 2015) da economia brasileira, aliada aos problemas internos -os protestos em 2013 e 2014–, reduziram a margem de ação interna e externa de Dilma. Apesar de ter mantido a relação com os BRICS e sua presença na área latino-americana na Unasul e na Celac, em escala global, o Brasil não está presente nos dois grandes acordos mundiais em negociação: o Trans-Pacific Partnership (TPP) e o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP).

O país está ficando de lado no Trans-Pacific Partnership (TPP) por não ser apenas um país banhado pelo Pacífico, mas também por nem sequer ter querido integrar-se em organizações como a Aliança do Pacífico.

Muito mais grave é a situação relacionada com o Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP). O Brasil está enfrentando a paralisia que sofrem as negociações entre o

Mercosul e a UE há quinze anos para assinar um tratado de livre comércio. Embora o Brasil não esteja envolvido na negociação entre a UE e os Estados Unidos, é verdade que, se esse bloco comercial for formado, o gigante sul-americano obterá mais benefícios indiretos se mantiver um tratado de livre comércio com a Europa.

Fora do acordo no Pacífico e com o tratado com a UE paralisado, o risco que o Brasil corre é de ficar de fora das grandes dinâmicas internacionais.

A presidente Dilma Rousseff, pressionada por esta situação e pelos grupos empresariais brasileiros, sobretudo paulistas, tem mandado claros sinais à UE do seu interesse em acelerar a assinatura de um acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia. Como já assinalavam em 2013 Rafael Estrella e Carlos Malamud num artigo do Real Instituto Elcano, "para o governo de Dilma Rousseff, o acordo com a UE é hoje uma questão de interesse estratégico tanto geopolítico quanto econômico, uma situação, sob todos os aspectos, muito diferente da de 2004, já que, frente à evolução da conjuntura comercial internacional, os riscos de um isolamento crescente são consideráveis".

Benita Ferrero-Waldner, presidente da Fundação EU-LAC, chegou a alertar sobre as consequências que a assinatura do acordo entre a UE e os Estados Unidos pode ter sobre países que não firmaram acordos nem



"Brasil constitui seu principal mercado na América Latina e o Brasil é o país dos BRIC que mais tem recebido investimento direto da Europa" com a UE nem com os Estados Unidos e que têm políticas de proteção industrial: "Como evitar que eles se sintam isolados das dinâmicas comerciais e de investimento transatlântico, tendo em conta a grande relevância que o Mercosul representa para o comércio da União Europeia? Por outra parte, e seguindo os mais otimistas: poderá este acordo ditar normas globais que ajudem estes países a harmonizar suas normas e lhes permitam chegar ao mercado global com custos mais baixos?'

Esta situação de perigo isolacionista é paradoxal, pois as cifras indicam que a UE é o principal parceiro comercial do Brasil e seu principal investidor. Além disso, para a União Europeia, o Brasil constitui seu principal mercado na América Latina e o Brasil é o país dos BRIC que mais tem recebido investimento direto da Europa.

Definitivamente, e em qualquer caso, para que a América Latina possa realmente tirar proveito da nova situação comercial mundial, seria necessária uma maior integração do mercado latino-americano que permitisse à região aproveitar as economias de escala e integrar-se nas cadeias de abastecimento globais que ultrapassem a exportação de matérias-primas. Esta questão exigiria contemplar detidamente até que ponto a Aliança do Pacífico, que está parcialmente integrado no TPP

(três dos quatro países que o integram –México, Chile e Peru– formam arte das negociações do TPP), interferiria nas possibilidades de estruturar um mercado integrado na região<sup>6</sup>. Esta, todavia, não passa de uma dificuldade a mais; há muitos desafios presentes para se levar a cabo um processo de integração comercial em nível regional que o próprio Brasil, em alguma ocasião como líder regional, não consegue impulsionar.

O Brasil é o líder natural da América do Sul e. junto com o México, da América Latina em geral. Por tamanho, situação geográfica, habitantes, projeção econômica mundial e regional e inserção internacional, o futuro da região nas próximas décadas dependerá do que o Brasil empreender. Um país que nos anos 90 impulsionou âmbitos de integração como o Mercosul e a década passada outros como a Unasul em escala sul-americana e as reuniões de cúpula dos BRIC em escala mundial. Ou seja, o Brasil não é um país com tradição e tendências isolacionistas, mas sim claramente voltado para o exterior. Agora o gigante sul-americano só tem de recuperar-se e impulsionar uma tradição que possui nos seus próprios genes.

# 5. CONCLUSÕES

Parece evidente que neste momento não convém em absoluto precipitar-se. O Brasil precisa de reformas de alcance

Ibidem



"Deve ser prioritário manter como objetivos o fortalecimento da classe média e a diminuição da pobreza e da desigualdade" estrutural que lhe permitam uma inserção no mercado internacional, mas sem total dependência deste. O fortalecimento competitivo de seu setor industrial é uma solução. Contudo, as políticas protecionistas não ajudariam em muito. Outra condição fundamental é que tal inserção, de acordo com a possível configuração de grandes blocos comerciais, se realize mediante o fortalecimento da integração regional. Em qualquer caso, se se confirmarem estas tendências de grandes blocos comerciais, no momento propostos pelos Estados Unidos, não seria ruim se também o Brasil liderasse projetos sobre a criação de novos espaços comerciais com a África, por exemplo, ou apostasse, definitivamente, na América Latina.

Para entender os desafios existentes, no entanto, é preciso também contemplar o que já se avançou. Apesar da preocupação dos dados, a realidade brasileira é muito diferente da de uns anos atrás. Nem as tempestades financeiras nem as crises econômicas do passado são previsíveis neste momento. Mas sim deve ser prioritário manter como objetivos o fortalecimento da classe média e a diminuição da pobreza e da desigualdade.

O último desafio que deveria enfrentar o governo é de convencer os brasileiros e o resto do mundo de sua capacidade real, além de sua potencialidade futura. Deve demonstrar claramente que está concentrando seus esforços em conseguir um desenvolvimento sólido, baseado em reformas estruturais, sem esquecer o bem-estar social. Se não o conseguir, não se verá exposto às oscilações do mercado nem às opiniões da mídia, que ora o enaltecem ora o rebaixam.

# LLORENTE & CUENCA



#### DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente Sócio Fundador e Presidente jallorente@llorenteycuenca.com

Enrique González Sócio e CFO egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero Diretor Corporativo de Inovação jcachinero@llorenteycuenca.com

## DIREÇÃO ESPANHA **E PORTUGAL**

Arturo Pinedo Sócio e Diretor Geral apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo Sócio e Diretor Geral acorujo@llorenteycuenca.com

## DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero Sócio e CEO para a América Latina aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García Sócia e CEO Região Andina lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo Sócio e CFO América Latina jldgirolamo@llorenteycuenca.com

# DIREÇÃO RH

Antonio Lois Diretor de RH para América Latina alois@llorenteycuenca.com

Daniel Moreno Gerente de Recursos Humanos para Espanha e Portugal dmoreno@llorenteycuenca.com

#### **ESPANHA E PORTUGAL**

#### Barcelona

María Cura Sócia e Diretora Geral mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª 08021 Barcelona (Espanha) Tel. +34 93 217 22 17

#### Madrid

Joan Navarro Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla Sócio e Diretor Sénior amoratalla@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3 28001 Madrid (Espanha) Tel. +34 91 563 77 22

#### Lisboa

Madalena Martins Sócia mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal Diretor Geral tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz Diretor cruiz@llorenteycuenca.com

Rua do Fetal, 18 2714-504 S. Pedro de Sintra Tel: + 351 21 923 97 00

#### MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL E CARIBE

#### México

Juan Rivera Sócio e Diretor Geral jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14, Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc CP 06600, México, D.F. (México) Tel: +52 55 5257 1084

Javier Rosado Sócio e Diretor Geral jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis. Edificio Omega - piso 6 Panamá Tel. +507 206 5200

#### Santo Domingo

Alejandra Pellerano Diretora Geral apellerano@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069 Torre Ejecutiva Sonora, planta 7 Santo Domingo (República Dominicana) Tel. +1 809 6161975

# REGIÃO ANDINA

### Bogotá

María Esteve Diretora Geral mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501 Bogotá (Colômbia) Tel: +57 1 7438000

Cayetana Aljovín Gerente Geral caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7 San Isidro. Lima (Peru) Tel: +51 1 2229491

Catherine buelvas Diretora Geral cbuelvas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y Cordero – Edificio World Trade Center – Torre B - piso 11 Quito (Equador) Tel. +593 2 2565820

## AMÉRICA DO SUL

#### **Buenos Aires**

Pablo Abiad Sócio e Diretor Geral pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad Presidente Conselheiro para o Cone Sul emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP Ciudad de Buenos Aires (Argentina) Tel: +54 11 5556 0700

#### Rio de Janeiro

Yeray Carretero Diretor Executivo ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801 Rio de Janeiro - RJ - 20011-000 (Brasil) Tel. +55 21 3797 6400

#### São Paulo

Juan Carlos Gozzer Diretor Geral jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111, Cerqueira César São Paulo - SP - 01426-001 (Brasil) Tel. +55 11 3060 3390

## Santiago de Chile

Claudio Ramírez Sócio e Gerente Geral cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801. Las Condes. Santiago de Chile (Chile) Tel. +56 2 24315441



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

**Desenvolvendo Ideias** é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

**Desenvolvendo Ideias** é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias** na LLORENTE & CUENCA

www.desarrollando-ideas.com www.revista-uno.com.br